

O pai real, o pai imaginário e o pai simbólico: a função do pai na dialética edipiana

O pai real, o pai imaginário e o pai simbólico: a função do pai na dialética edipiana.
(Joel Dor).

O imaginário
acredita
na existência do
real, o simbólico
constata a existência do
imaginário, o
real se resume à
existência de
ambos.

O imaginário se
toma pelo real, o
simbólico
constata o
imaginário,
o real abrange e
divide-se em
ambos.

(Capítulo IV do livro O pai e sua função em Psicanálise, de Joel Dor, Jorge Zahar Editor, 1993) (Original em francês publicado pela Point Hors Ligne, Paris: 1989).

A “função paterna” tem importância capital no complexo de Édipo tal como descrito por Lacan. O seu papel vai além de promover o conflito (neurótico) e o de representar o modelo para a identificação superegógica. (O enfoque freudiano enfatizava esses dois aspectos da função paterna).

O superego, na visão de Lacan, exatamente por constituir o aspecto da identidade caracterizado pela aceitação do limite, da norma, do estabelecimento de ideais, tem como função principal constituir a barreira contra a psicose.

(Nesse ponto há lugar para controvérsia, pois para Freud o superego “severo” é um dos fatores preponderantes não somente da neurose mas também da depressão. Por outro lado, cabe acrescentar que da valorização excessiva do eu, conseqüente à sua aproximação em relação ao ideal de ego, resulta um quadro maníaco. Conseqüentemente, se a identificação que resulta na instância superegógica acentuar o ideal de eu, em decorrência predominarão as manifestações maníacas e depressivas. E ainda: em Lacan o ideal de eu também está ligado à perversão, através do imperativo: “Goze!” [transgrida]).

(Portanto, o supereu [superego] está vinculado tanto a conflitos neuróticos como perversos, e se faz presente na mania-depressão [bi-polaridade] por exacerbação do ideal de eu).

Por outro lado, o ideal do eu (ego) também tem como função contrapor-se ao eu (ego) ideal. É importante diferenciar *eu ideal* e *ideal de eu*. É por essa via que Lacan fará notar que o supereu é uma barreira contra a psicose. A psicose está associada ao narcisismo primário, e o supereu ao narcisismo secundário, cujos conflitos são a neurose e a perversão (e cujo não conflito é representado pela sublimação).

O eu ideal corresponde ao primeiro momento do Édipo, em que, recém advindo à posição de sujeito, a criança (não mais *infans*, porque já discursiva) empenha-se em ser aceita incondicionalmente, rebelando-se contra normas e limites. O ideal de eu corresponde ao momento final do Édipo, quando a dimensão do futuro se sobrepõe à do presente, quando criança se identifica com o lugar que supõe aceitação das normas e limites impostos a *seunarcisismo primário*. Ou seja, o superego pode ser definido como *reconhecimento do desejo do outro*.

O eu ideal representa o narcisismo primário, a posição de objeto absoluto; é anterior ao supereu. O supereu tanto pode representar a possibilidade de dizer não ao desejo de não desejar (posição de sujeito desejante), como, através do ideal de eu “tirânico”, manter a posição de sujeito absoluto que havia inaugurado a fase fálica, portanto o complexo de Édipo. Neste último caso, a consequência seria a *psicose maníaco-depressiva*, atualmente chamada de *distúrbio bi-polar*.

Lacan separa mais claramente do que Freud a função proibitiva (neurose) e a transgressiva (perversão) do superego, em relação ao seu agente parental concreto, ou seja, da pessoa concreta de um adulto (do pai propriamente dito, por exemplo). Geralmente Lacan emprega a locução “função paterna” no lugar de “pai”. Mesmo assim, às vezes ele confunde “pai real” com “pai concreto”. Tampuco é infrequente que os lacanianos utilizem, como no título do capítulo do Dor, o substantivo “pai”, em vez de “função paterna”. (Mesmo assim, a expressão “função paterna” tampouco é inteiramente adequada, visto insistir numa referência empírica ao pai e ao masculino. “Campo normativo” poderia substituí-la vantajosamente).

Passemos agora às conceituações:

Pai imaginário: função paterna (campo normativo) tal como desempenhada(o) na primeira etapa do Édipo, propiciando a identificação com o lugar que produz a aquisição de linguagem. Trata-se do início da fase fálica, portanto momento inaugural da posição de sujeito, associado ao conceito de “metáfora paterna”. O pai imaginário refere a posição de sujeito absoluto, ou seja, o sujeito que tem o atributo fálico propiciador da possibilidade de ter tudo o que se deseja (portanto, sujeito imune à falta ou “blindado” contra a falta).

Na visão lacaniana, trata-se do “pai onipotente”, com o qual a criança (de ambos os sexos) compete para apropriar-se do primeiro objeto de desejo (“mãe”), visando manter a completude (embora agora a criança o faça a partir da posição de sujeito).

A identificação com o lugar metaforizado pelo pai imaginário produz a forma de identidade a que temos chamado “sujeito absoluto”.

Sempre segundo a terminologia lacaniana, o conceito imaginário de “falo” aplica-se à fantasia infantil segundo a qual a “figura paterna” tem o poder de obter o que deseja – ou seja, o objeto por excelência (“mãe”). A figura paterna representaria então o protótipo da posição de sujeito absoluto, com a qual a criança, ao adquirir linguagem, se identificaria.

Pai simbólico: função paterna tal como desempenhada na segunda etapa do Édipo (propiciando a identificação que produz a aquisição do “não” dirigido para o próprio desejo [de completude]). Momento em que se dá a identificação cujo resultado será o supereu[1].

A sua consequência é a aceitação do terceiro (significando o recalque do desejo de completude, ou seja, do desejo de não desejar).

A identificação com o lugar metaforizado pelo pai simbólico produz a forma de identidade que temos chamado de “sujeito desejante”.

Pai real: ao contrário do que se poderia pensar, não é o “pai” de carne e osso. A este, seria melhor denominar “pai concreto”, ou “pai empírico”, a figura masculina com quem efetivamente a criança convive.

A expressão *Pai real* denotaria antes a singularidade do processo mediante o qual se dá (ou não se dá) a passagem da posição de objeto (*infans*: não falante) para a posição de sujeito (incluindo as posições de sujeito absoluto e sujeito desejante).

Ou seja, tal como em relação à tópica lacaniana (simbólico, imaginário, real), não devemos confundir a categoria “real”, em Lacan, com o conceito ingênuo de “realidade” tal como definido pelo senso comum[2] (e nem com o conceito freudiano “princípio da realidade”, que foi revogado, embora não oficialmente, após a 2a. teoria das pulsões. A segunda teoria das pulsões, recordemos, instaura a dualidade princípio do prazer / princípio do nirvana, equivalente a Eros / Thânatos).

Real, na conceituação lacaniana, designa a **impossibilidade** de sair da esfera do desejo (ou seja, da linguagem). ‘Pai Real’ designaria como se deu ou não se deu, no caso de um sujeito particular, a “separação”, ou seja, a encruzilhada marcada pela saída (ou não) da posição de objeto.

Real designa inclusive o peso que a pulsão de morte continua tendo apesar de ter-se atingido a posição de sujeito. Em consequência, permanece a possibilidade da ocorrência de crises ou surtos na idade adulta, apesar do sujeito ter-se constituído enquanto tal na infância.

Aqui, portanto, a descrição de Dor não é adequada. Dor confunde “real” com “concreto” ou “empírico”, mais próximos do “imaginário”.

A descrição da metáfora paterna por Dor, em compensação, é bem elucidativa. “Função materna” e “função paterna” são entidades discursivas, isto é, denotam a maneira pela qual o bebê, do nascimento ao espelho e do espelho à aquisição de linguagem, primeiro se confunde com o adulto e depois ocupa o lugar de objeto total do desejo (objeto de completude), até o momento da passagem (se acontecer) à posição de sujeito.

Assim, a metáfora paterna designa a saída da posição de ser (o falo) (ser o objeto total), para ter (o falo), ou seja, posição de sujeito absoluto, com pretensões de possuir totalmente o objeto. A expressão *metáfora paterna*, porém, não distingue entre as posições de sujeito absoluto e sujeito desejante.

As “quatro linhas mestras essenciais” mencionadas por Dor no início da página 46 podem ser entendidas então como segue:

“1) A noção de função paterna institui e regula a dimensão do complexo de Édipo (*dimensão conflitual*)”. Ou seja, o campo desejante transforma-se em normativo. Surge o terceiro, a criança está diante da possibilidade de ruptura com a completude, a ilusão fálica (quer essa ruptura se consolide ou não).

“2) O desenvolvimento da dialética edipiana requer certamente a instância simbólica da função paterna, sem no entanto exigir a presença necessária de um pai real”. Ou seja, (substituindo a expressão “pai real” por “pai concreto”), a criança pode sair da posição de objeto mesmo que não haja um homem em sua família desempenhando a função de pai.

“3) A carência do Pai simbólico, isto é, a inconsistência de sua função no decorrer da dialética edipiana, não é absolutamente coextensiva à carência do Pai “real” em sua dimensão realista“. Ou seja, pode haver um pai concreto (e não “real”) na família, sem que por isso a criança “ingresse” necessariamente no lugar previsto pela função normativa. Reciprocamente, conforme o item 2, pode não haver um pai concreto e mesmo assim a criança poderia identificar-se ao lugar previsto pela função normativa.

“4) A instância paterna inerente ao complexo de Édipo é exclusivamente simbólica, posto que é metáfora“. Ou seja, a identificação é um processo discursivo, totalmente diferente da educação. A identificação se dá com o lugar construído inconscientemente pelos protagonistas dos campos desejante e normativo. *Identificação* não significa “assemelhar-se” às pessoas “modelo”. Se a última afirmação fosse correta, os sujeitos constituídos seriam como que cópias de seus respectivos modelos.

[1] Embora se deva levar em conta a observação anterior, isto é: o supereu pode expressar-se por um ideal de ego “tirânico” (tendendo a sujeito absoluto) ou não (tendendo a sujeito desejante). Dependendo do respectivo grau de exigência, a decorrência seria a psicose maníaco-depressiva (“tudo ou nada”), a neurose (“o prazer é proibido”), a perversão (“o proibido é prazeroso”). Além dessas possibilidades, situa-se o modelo de supereu que conduziu à sublimação, isto é, à situação em que a valorização pessoal é concomitante à valorização do outro, em que a falta se associa ao prazer (sublimação: “nem proibição nem transgressão são condições do prazer”).

[2] A “realidade” da qual nossos sentidos seriam testemunhas.